



SESPA institui comitê técnico para controle das emergências em saúde

Portaria 1170/2010, editada pela Secretaria de Estado de Saúde (SESPA), institui o Comitê Técnico Assessor de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde. O objetivo do comitê, de acordo com a portaria, é auxiliar na definição de diretrizes estaduais para vigi-

lância, prevenção e controle das emergências em saúde pública bem como, no acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde e instituições envolvidas. A portaria também determina que o Comitê seja formado por representantes de todas as áreas do setor de

saúde envolvidas na atuação em desastres ou situações de emergência de saúde, de acordo com a estrutura existente na Secretaria de Saúde. A portaria também lista as instituições para auxiliar e subsidiar as medidas necessárias para a atuação da saúde. (Cad. 5 - Pág. 2)

Repasses de ICMS e IPVA

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), por meio da Portaria 1036/2010, informa o valor do repasse da Quota Parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente ao período de 26 a 31 de agosto de 2010. A SEFA também informa, através da Portaria 1037/2010, o valor do repasse do IPVA referente ao Período de 01 a 31 de agosto de 2010. (Cad. 4 - Pág. 9)

Concessão de estágios

A Universidade do Estado (UEPA) assina convênio com a Creche Casa Lar Cordeirinhos de Deus para concessão de estágio obrigatório e não obrigatório entre os partícipes para alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ministrados pela UEPA. A UEPA, de igual forma, também firma convênio com a Prefeitura Municipal de Oriximiná, para alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Educação Física. (Cad. 5 - Pág. 13)

ITERPA disciplina participação de servidores em diversos cursos

O Instituto de Terras do Pará (ITERPA), por meio da Portaria 2361/2010, estabelece critérios e procedimentos para a participação de servidores que desempenhem função no âmbito do Instituto, em cursos de capacitação, pós-graduação em nível de especialização,

MBA, mestrado, doutorado e pós-doutorado. A portaria define os critérios que devem ser preenchidos pelo servidor para participação nos cursos de capacitação, pós-graduação, stricto sensu ou lato sensu, e também define a documentação para o curso de pós-graduação. (Cad. 4 - Pág. 1)

IOE realiza licitação

A Imprensa Oficial do Estado avisa que fará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico sob nº. 15/2010, com abertura no dia 30 de setembro de 2010, às 09 horas, no site www.comprasnet.gov.br, para aquisição de papel offset. A entrega do edital ocorrerá a partir do dia 20 de setembro de 2010, na IOE, de 08 às 14 horas. (Cad. 3 - Pág. 14)

Proteção às mulheres

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos celebra convênio com a Prefeitura Municipal de Jacundá. O objetivo do convênio é a ampliação e consolidação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência no Estado do Pará do Centro de Referência Maria do Pará, Unidade de Jacundá. (Cad. 5 - Pág. 15)

A História no Diário Oficial

MOURA CARVALHO (II)

Em 03 de junho de 1959, o governador Luiz Geolás de Moura Carvalho sancionou a Lei nº. 1.683, que concedia a Prefeitura Municipal de Soure o auxílio financeiro de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), como cooperação estadual às obras de recuperação do trapiche daquele município. A aplicação de referido auxílio seria feita em convênio com a Prefeitura Municipal de Soure, depois de projetada e orçada a obra, sob a fiscalização de Secretaria de Obras, Terras e Viação.

Naquele mesmo dia, o governador também sancionava a Lei nº. 1.684, que autorizava o Poder Executivo a conceder auxílio de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) à Associação Odontológica do Pará, a fim de que essa entidade de classe representasse o Pará no VI Congresso Brasileiro de Odontologia que seria realizado no Rio Grande do Sul, no período de 18 a 25 de julho do corrente ano.

A diretoria da Associação Odontológica prestaria conta da verba recebida à Secretaria de Finanças do Estado.